

Os Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro de 2022 e as reações internacionais ao protagonismo brasileiro

Paulo Roberto Laraburu Nascimento*

RESUMO

O *Cenário EB 2022*¹ levantou um índice probabilístico de 70% para a ocorrência de reações internacionais a uma maior inserção do Brasil no cenário mundial. Partindo da hipótese de que essas reações serão uma realidade, este trabalho apresenta sugestões preliminares para embasar respostas a perguntas decorrentes de necessidades de planejamentos estratégicos. Qual a natureza dessas reações? Elas serão fortes o bastante a ponto de exigir o emprego de Força Militar? As atuais Hipóteses de Emprego (HE)² estão a elas ajustadas? Para construir respostas às indagações, o artigo trabalha com a evidência de que o atual relacionamento entre os Estados é fortemente influenciado pelo fenômeno do multilateralismo — que convive permanentemente com os interesses nacionais, ainda fortemente definidos em termos de relações de poder. Numa visão de futuro, lança a semente da importância do Exército do “*Brasil, Potência Energética do Século XXI*” começar a pensar a respeito da criação de capacidade dissuasória de âmbito internacional.

Palavras-chave: relações internacionais; estratégia; cenários prospectivos; hipóteses de emprego.

ABSTRACT

This article makes preliminary suggestions to answer the following questions related to the *EB 2022 Prospective Scenarios*, that appointed out the possibility of occurrence of international reactions to the increasingly Brazilian prominence around the world: Which is the nature of these reactions? Will these reactions be sufficiently powerful to demand the employ of the military? Will the current military strategic plans be in adjusting to them? To respond briefly to these questions the article considers that nowadays international relations work under the strongly influence of multilateralism, that still remains side by side with the national interests. It also looks into the future to suggest that the Army should begin now to think about creating a military dissuatory capacity at the international level.

¹ “Entre abril e dezembro de 2005, o Exército conduziu o projeto “Cenários Prospectivos para o EB em 2022” (Cenário EB 2022). Tal estudo considerou a organização como um todo e a antevisão do futuro para respaldar decisões da alta administração, segundo perspectivas de curto (2007), médio (2015) e longo prazos (2022). O trabalho fez parte do esforço intelectual da organização para enfrentar os desafios provenientes da acelerada evolução da conjuntura.” Vide: Brasil (2006).

² No contexto do planejamento estratégico militar, a expressão HE deve ser tomada como a antevisão de possível emprego das Forças Armadas em determinada situação ou área de interesse estratégico para o País.

Os Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro de 2022 e as reações internacionais ao protagonismo brasileiro

Paulo Roberto Laraburu Nascimento

“Não basta conhecer o hoje; é preciso conhecer como será o amanhã, no momento em que a estratégia for implementada. A construção de cenários torna-se fundamental para a adequação da estratégia da organização aos objetivos que ela almeja atingir no longo prazo.” (Idalberto Chiavenato e Arão Sapiro.³).

1. INTRODUÇÃO

Em 1983, Herman Kahn⁴ publicou interessante ensaio a respeito da estabilidade num futuro mundo multipolar, no qual diagnosticava que o Brasil juntamente com Alemanha, China, Estados Unidos da América, França, Japão e União Soviética, seriam os sete gigantes econômicos do planeta, por volta do ano de 2000, conforme destaca Ignatius (2007). Mais recentemente, o Brasil foi apontado como fazendo parte do denominado BRIC – iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China, novo conjunto de países que ocuparão destacada posição econômica mundial, já em meados do século atual⁵. E a proeminência do País na geração de energias renováveis já começa a gerar parcerias nacionais com centros de poder mundial, estimuladas pela visão de futuro do “*Brasil, Potência Energética do Século XXI*”⁶. É a potencialidade estratégica brasileira a impulsionar à inserção do País no cenário internacional.

Nesse contexto, como os planejadores estratégicos — principalmente aqueles responsáveis pela construção de cenários prospectivos⁷ — sabem que as relações internacionais se orientam pelos eixos da cooperação e do conflito, passam a formular perguntas que são fundamentais para a construção do Exército do futuro. Haverá reações internacionais face à maior proeminência mundial do Brasil? Em caso positivo, elas serão de que natureza? Serão fortes o bastante a ponto de exigir o emprego da expressão militar do Poder Nacional⁸? Estarão as atuais Hipóteses de Emprego das Forças Armadas ajustadas àquelas reações?

Na verdade, a primeira pergunta já foi respondida pela aplicação de metodologia de construção de cenários. Trabalhando com essa ferramenta de planejamento estratégico desde o ano de 2005, o

³ Vide Chiavenato (2003, p. 142).

⁴ Herman Kahn (1922 - 1983), cientista político estadunidense, fundador do Instituto Hudson – centro de pesquisa que se dedica a estudos de política, estratégia e segurança internacional. Cf. http://www.hudson.org/learn/index.cfm?fuseaction=staff_bio&id=HermanKahn. Acesso em 25 mai. 2007.

⁵ Vide França & Lacerda (2007).

⁶ Expressão surgida na mídia brasileira, embalada pela declaração de Edward Alden, membro do Conselho para Relações Exteriores, do Departamento de Estado/E.U.A.: “Os biocombustíveis tendem a adquirir mais relevância geopolítica, e os grandes produtores se tornarão influentes no tabuleiro do século 21, da mesma maneira que os exportadores de petróleo no século 20”. Vide Queiroz (2007).

⁷ “A definição mais abrangente e acadêmica encontrada na literatura é a de Michel Godet, para quem cenário é ‘o conjunto formado pela descrição coerente de uma situação futura e pelo encaminhamento dos acontecimentos que permitem passar da situação de origem à situação futura’” Vide Marcial (2002, p. 43).

⁸ Para conceituar poder, o artigo trabalha com o pensamento doutrinário da ESG, segundo o qual “Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de Homens e Meios que constituem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais”. O Poder Nacional, capacidade una e indivisível, pode ser estudado segundo suas manifestações, que se processam em 5 cinco expressões: “política, econômica, psicossocial, militar, científica e tecnológica”. Vide: Escola Superior de Guerra (2006, p. 23 e 27).

Exército identificou algumas questões relevantes para o seu futuro⁹. Dentre elas, encontrava-se a possibilidade do aumento da relevância brasileira no processo decisório mundial. Seguindo os passos da metodologia, perguntou-se a peritos¹⁰ a respeito da “probabilidade de que, até 31 de dezembro de 2022, as reações internacionais ao protagonismo brasileiro venham a intensificar-se a ponto de criar obstáculos à consecução dos interesses nacionais” (BRASIL, 2006). Como resultado, obteve-se a probabilidade de 70% da ocorrência de tal evento.

Assim, partindo-se da hipótese de que haverá reações internacionais face à maior proeminência mundial do Brasil, este trabalho destina-se a apresentar sugestões preliminares para embasamento de respostas a perguntas decorrentes de necessidades de planejamento estratégico — é bem verdade que de forma sintética, haja vista os restritos limites impostos pelo escopo do presente artigo:

- Qual a natureza dessas reações?
- Elas serão fortes o bastante a ponto de exigir o emprego de Força Militar? e
- As atuais Hipóteses de Emprego estão a elas ajustadas?

A linha de argumentação do artigo, baseada em pesquisa bibliográfica, sustenta-se na evidência de que o atual relacionamento entre os Estados é fortemente influenciado pelo fenômeno do multilateralismo¹¹, apesar de conviver com princípios basilares do pensamento realista¹² da disciplina de Relações Internacionais.

2. REAÇÕES E INTERESSES NO CENÁRIO INTERNACIONAL

O tratamento de tema ligado à esfera internacional impõe uma reflexão inicial a respeito dos fenômenos da reação ao protagonismo de determinado Estado e da presença do interesse nacional no relacionamento inter-estatal. O pensamento realista da disciplina de Relações Internacionais, ao privilegiar a *política de poder*¹³ entre os Estados, é o que mais se ajusta à tentativa de simplificar o entendimento de tão complexos fenômenos. A reação ao protagonismo de determinado Estado seria uma decorrência natural do *mecanismo do equilíbrio de poder* para a manutenção da harmonia do sistema internacional, pois, como destaca Rocha (2002, p. 270):

[...] ao perceberem o crescimento desproporcional de recursos de poder de um Estado específico, os demais se organizam de modo a contrapor-se a uma eventual hegemonia desse Estado. Para os realistas, esse comportamento caracteriza a essência da ação dos Estados no plano internacional, fruto de sua

⁹ Exemplos de algumas questões relacionadas ao *Cenário EB 2022: reações internacionais ao protagonismo brasileiro; atividades terroristas em território brasileiro; participação militar do Brasil em conflitos na América do Sul; neutralização de pressões internacionais sobre a Amazônia; participação do Exército no Orçamento Geral da União, etc.* Vide: Brasil (2006).

¹⁰ Pessoas de notório saber, entre civis e militares, que responderam a questionamentos a respeito da probabilidade de ocorrência de acontecimentos futuros. Para esse passo da metodologia, o *Cenário EB 2022* considerou as respostas de 518 peritos.

¹¹ Para os propósitos deste artigo, o multilateralismo deve ser entendido como um sistema coordenado de relações entre três ou mais Estados, baseados em princípios universais de conduta comum e confiança mútua, tendo como foco principal a cooperação internacional assentada em instituições. Vide: Evans & Newnham (1998) e Gama (2004).

¹² É uma das correntes de pensamento da disciplina de Relações Internacionais, que privilegia a presença do poder, dos interesses nacionais e do conflito na análise do cenário internacional. Vide: Jackson & Sorensen (2007, p.147).

¹³ A expressão *política de poder* me foi aqui inspirada por Griffiths (2004, p. 11): “As relações internacionais são compreendidas tomando-se por base a distribuição de poder entre os Estados. Apesar da igualdade legal e formal, a distribuição de poder desigual indica que a arena das relações internacionais pressupõe uma *política de poder*”.

reação racional ao observarem a anarquia¹⁴ característica do ambiente em que se encontram e de se preocuparem fundamentalmente com a própria segurança.

Certamente a aplicação desse conceito merece algumas considerações. Mesmo que um Estado não disponha de poder para atingir patamares hegemônicos, o simples fato de se ver acrescido de recursos de poder aumentará sua capacidade para almejar novas posições na escala de prestígio internacional. Situação que pode vir a gerar atritos, pela alteração de *status quo* já estabelecido, pois “o ganho de poder, mesmo de um aliado de hoje, pode ser convertido, amanhã, em instrumento de pressão” (FONSECA JÚNIOR, 1999, p. 41). No sistema internacional, os Estados atuam visando à consecução de seus interesses nacionais, os quais nem sempre se harmonizam numa moldura de cooperação. Assim, surge o conflito, que se manifesta inicialmente na forma de reações.

3. O PROTAGONISMO BRASILEIRO DIANTE DO MULTILATERALISMO

Uma vez explicitada a ocorrência daqueles fenômenos, cabe levantar qual a natureza das reações internacionais ao protagonismo brasileiro, para aí posicionar o emprego do vetor militar. O monitoramento da conjuntura internacional já emite sinais da presença de reações¹⁵. Elas ocorrem nos planos político e econômico. Na conjuntura internacional do Pós-Guerra Fria, a valorização do multilateralismo privilegiou ainda mais a atuação nos organismos e fóruns internacionais como meio de solução de controvérsias e de defesa dos interesses nacionais.

Além disso, a política externa teve sua agenda dinamizada, com a incorporação dos denominados temas globais ao debate diplomático. No multilateralismo, o Brasil passou a adotar discurso de líder atuante, ganhando maior credibilidade nos fóruns multilaterais, “um papel destacado nas negociações comerciais, sendo um parceiro seguro e ativo nas grandes causas globais – desde a luta contra a fome, pobreza e desigualdades às questões das mudanças climáticas e proteção da biodiversidade, com um papel de reconhecida liderança na decisiva área das energias renováveis” (COSTA, 2007, p.A12).

O enfrentamento multilateral fez surgir um novo termo para a ação diplomática. Trata-se do conceito de *soft power*, que traduz a “capacidade de definir agendas e de fazer que outros agentes, no contexto internacional, apreendam, como seus, valores que interessam a um agente específico” (ROCHA, 2002, p. 279). Para os adeptos da corrente do liberalismo, esse conceito é percebido como verdadeiro instrumento de poder, pela capacidade que tem de arregimentar posições em torno de interesses do líder.

A moldura multilateralista que envolve as relações internacionais da atualidade tende a desprezar a importância da expressão militar na aferição do poder¹⁶. Os novos valores “legitimantes do poder e da soberania, tanto no Sul como no Norte” foram expressos pelo então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, em discurso perante o plenário da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas:

¹⁴ Nas Relações Internacionais, a expressão anarquia designa a ausência de um ente superior para regular as disputas entre Estados soberanos, que seria corporificado na figura de um governo mundial.

¹⁵ O monitoramento de cenários aponta para alguns dados que podem ser tomados como reações internacionais, ainda que numa fase de avaliação inicial: objeções à pretensão brasileira por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, restrições ao acesso de tecnologias de ponta, barreiras comerciais ao ingresso de produtos brasileiros a mercados de expressivo potencial econômico, a falta de apoio à candidatura brasileira à presidência do BID e à direção geral da OMC, etc.

¹⁶ Em posição contrária, Cervo (apud SOUTO, 2005, p. 6) critica “o tratamento multilateral dado às questões de segurança [...], com a diminuição do papel do Exército [Ministério da Defesa] em detrimento do Ministério das Relações Exteriores”.

O próprio conceito de poder mudou. A soberania de um país e a capacidade de satisfazer as necessidades de sua população dependem cada vez mais de bons indicadores sociais, estabilidade política, competitividade e tecnológico, e não **poderio militar** [o destaque é nosso] (apud ALVES, 2001, p. 289).

Assim, o multilateralismo favoreceu a cunhagem da versão nacionalizada para o discurso do *soft power*, configurada na expressão “*Brasil – Potência da Paz*” (informação verbal)¹⁷. Diante da ausência de efetiva capacidade de dissuasão militar nacional e aproveitando-se do reconhecimento mundial da tradicional postura multilateral do Brasil ao longo de sua história republicana, o discurso da *Potência da Paz* surge como idéia-força a impulsionar um valor universal. A permanente busca pela paz internacional facilitaria a ação diplomática para a arregimentação de atores em prol das posições nacionais.

4. O MULTILATERALISMO E O EMPREGO DE FORÇA MILITAR

Diante desse cenário de solução de conflitos baseada na cooperação internacional, como posicionar o emprego do vetor militar, um instrumento de força por excelência? Inicialmente, deve-se ter em conta que o desempenho dos atores estatais no mundo real reflete a personificação de seu poder, o qual é um forte aspecto limitador de condutas. A ausência de poder impede a consecução de objetivos, os quais traduzem a materialização de interesses. Na escala de valoração de interesses, há aqueles que são vitais para a vida da nação. E a defesa desses depende da plena utilização de todas as expressões do poder nacional, incluindo a militar. Deve-se se considerar, também, que, mesmo num cenário de *soft power*, somente Estados dotados de poder real tem condições de exercitá-lo, pela natural liderança emanada dessa condição.

O mundo do multilateralismo não aceita mais conviver com guerras; porém as crises continuam presentes. A existência de crises no cenário internacional é um bom indicador para a necessidade da manutenção de uma real capacidade militar dissuasória, como forma de respaldar a condução de negociações diplomáticas¹⁸. A História do Brasil sustenta essa realidade. Por ocasião da denominada Questão do Acre, Vianna (1958, p. 162) informa que, diante da decisão boliviana de só continuar as negociações diplomáticas após o controle militar da área litigiosa, Rio Branco “encarregou a legação brasileira em La Paz de informar o governo boliviano de que o Brasil resolvera ocupar militarmente o território do Acre, até a solução final do litígio”.

O monitoramento dos eventos estratégicos que conformam o *Cenário EB 2022*, até o presente momento, não indica a necessidade de emprego de força militar para contrapor-se a uma eventual pressão oriunda de reação internacional ao protagonismo brasileiro. Porém, o enfoque holístico presente na metodologia de construção de cenários não trabalha com eventos isolados. A elaboração de uma visão de futuro deve levar em conta uma série de ingredientes estratégicos. Para essa possibilidade, a técnica utilizada trabalha com um conjunto de eventos que fornecem indicativos para o

¹⁷ *Slogan* utilizado pelo Ministro da Defesa, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e pelo Subsecretário Geral Político-I do MRE, por ocasião de palestras realizadas aos alunos dos Cursos de Política e Estratégia Marítimas, de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército e de Política e Estratégia Aeroespaciais, em viagem de estudos em Brasília, em abril de 2006.

¹⁸ Apesar de Kissinger (1973, p.2) indicar que a diplomacia é a arte da “conciliação de divergências pela negociação [...] e a arte de conter o emprego da força”, isso não significa afirmar que a diplomacia pode assumir atitude de vevidade, desprezando a utilização do vetor militar para sustentar posições diplomáticas na mesa de negociação. Na verdade, o grau de importância que é dado à expressão militar no bojo de uma contenda diplomática dependerá do valor do objetivo que está em jogo.

planejamento militar: as já conhecidas teses a respeito da internacionalização da Amazônia¹⁹, num crescente contexto em que a questão ambiental começa a ser estudada como um valor inserido na problemática de segurança internacional²⁰; a constatação de que já possam estar em curso políticas que conduzam a um acentuado desequilíbrio militar que venham a comprometer o tradicional clima de paz e cooperação sul-americano; e a proeminência do Brasil como celeiro de insumos estratégicos de interesse internacional são dados presentes no cenário em estudo. Esses eventos, tomados em seu conjunto, formam um quadro que valoriza o planejamento estratégico da Força Terrestre na sua versão mais tradicional de defesa da Pátria²¹.

5. O CENÁRIOS EB 2022 E AS HIPÓTESES DE EMPREGO

Nesse sentido, o trabalho com cenários prospectivos auxilia o acompanhamento dos planejamentos vigentes. Até o presente momento, constata-se que as atuais Hipóteses de Emprego estão ajustadas às visões construídas pelos cenários estudados. Porém, o poder de combate nelas presente necessita apresentar maior grau de dissuasão. Há que se potencializar a capacidade militar da Força Terrestre.

Dessa forma, vale a pena ponderar o custo benefício da existência de Unidades que ainda estão muito longe de atingir níveis desejáveis de eficiência operacional²², mesmo se considerando uma postura dissuasória²³ estratégica de âmbito regional. Poderia ser examinada com minúcia, também, a validade da manutenção dessas Unidades para cumprirem unicamente procedimentos de natureza administrativa. A mobilização se encarregaria de torná-las operacionais. Entretanto, é sempre bom lembrar isto: os interesses multipolares do atual cenário internacional já não mais garantem imediatos e oportunos fluxos logísticos capazes de desequilibrar um teatro de operações — como os alinhamentos ideológicos dos tempos da Guerra Fria assim faziam crer. Essa consideração é agravada pela carência de investimentos da indústria de defesa no País.

Portanto, o que fazer para se aumentar a capacidade militar da Força Terrestre, diante de um quadro de ausência de prioridade governamental para ações de defesa — quadro esse que é sustentado pela debilidade da mentalidade de defesa²⁴ brasileira?

Nesse ponto, depara-se com obstáculo político de monta, que também faz parte do conjunto de eventos do *Cenário EB 2022*²⁵. Como aumentar a participação do Exército no Orçamento Geral da União? Com certeza, a disputa por maiores fatias do orçamento requer ação política. Complexa e difícil tarefa que requer firme liderança estratégica, com visão de antecipação aos fatos. O tempo presente exige que as organizações mostrem o seu senso de utilidade. Mas mostrar não é suficiente. Há que se convencer personalidades influentes do processo decisório nacional. Portanto, necessita-se construir um bem trabalhado discurso de convencimento para que setores influentes percebam o senso de utilidade do Exército.

¹⁹ A respeito do interesse internacional sobre a região ver Paiva (2006, p.58).

²⁰ Ao menos no ambiente acadêmico de defesa, os EUA já começam a pensar a respeito da evolução gradual da guerra contra o terrorismo para o novo conceito de segurança sustentável. Vide: Kempf (2007).

²¹ O termo defesa da Pátria é aqui tomado no sentido de relacionar-se a operações militares de natureza convencional, em face de ameaças ao Estado oriundas do exterior.

²² “Eficiência operacional é a capacidade de uma OM Operacional cumprir todas as missões de combate fundamentais previstas em sua Base Doutrinária.” (BRASIL, 1999, p. 010).

²³ No contexto do planejamento estratégico, a dissuasão caracteriza-se pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar.

²⁴ Para uma visão abrangente a respeito da problemática da mentalidade de defesa no Brasil, vide Nascimento (2006).

²⁵ Vide nota de rodapé nº 9.

Em vista disso, sugere-se o aproveitamento de discursos já existentes, nascidos de setores políticos e empresariais. A adoção dessa medida²⁶ facilitaria a recepção da mensagem pelo público alvo, uma vez que a idéia-força já é conhecida — e, aspecto muito importante na comunicação social, apresenta-se simpática à mídia em geral. Em suma, a inserção do *senso de utilidade*²⁷ do Exército inserida nos discursos “*Brasil, Potência da Paz*” e “*Brasil, Potência Energética do Século XXI*” é uma medida a se pensar.

Arelado ao discurso *Brasil, Potência da Paz* cabem duas mensagens. A primeira deve ressaltar a *utilidade* do Exército na construção da paz mundial, fruto de seu excelente desempenho em operações de manutenção de paz. A segunda deve esclarecer a contribuição do Exército na manutenção do tradicional clima de paz e estabilidade reinante na América do Sul, por sua capacidade dissuasória de âmbito regional. Afinal de contas, o desejo de evitar-se a guerra está presente no conceito de dissuasão estratégica. Se a dissuasão falhar, abre-se espaço para a possibilidade da guerra – situação que não deve ser comprometida por um eventual desequilíbrio de poder militar. São discursos que servem para embalar os pleitos por recursos destinados a aumentar a capacidade de adestramento em operações de manutenção da paz e para manter ativa a capacidade de pronta resposta da Força Terrestre.

E atrelado ao discurso “*Brasil, Potência Energética do Século XXI*”, o Exército deve mostrar a sua *utilidade* na defesa de insumos estratégicos de interesse mundial. Cenário que indica a necessidade de se começar a pensar, ainda que de forma embrionária, a respeito da criação de uma efetiva capacidade dissuasória de âmbito internacional, baseada na presença do conceito de *equalizadores de poder*²⁸ – pois, como bem observou Layne²⁹, citado por Fonseca Júnior (1999, p.42) : “in a unipolar system, the structural pressures on eligible states to increase their relative capabilities and become great powers should be overwhelming. If they do not acquire great power capabilities, they may be exploited by the hegemon”³⁰”.

6. CONCLUSÃO

O monitoramento do Cenário EB 2022 engloba o evento estratégico denominado de *reações internacionais ao protagonismo brasileiro*. O alto índice de probabilidade de ocorrência desse evento, apontado pelos peritos como algo em torno de 70% – com progressiva tendência para registrar leve aumento, impõe ao planejamento estratégico constante acompanhamento da conjuntura internacional. A ênfase dada ao multilateralismo no relacionamento mundial da atualidade determina aos analistas de cenários o monitoramento das posições brasileiras nos organismos e fóruns internacionais, pois são nesses ambientes que emergem os interesses dos diversos atores do sistema global. As reações à

²⁶ A medida sugerida por este artigo é fruto de reunião de trabalho do *Grupo de Controle Lince*, grupo de militares designados para o monitoramento dos Cenários EB 2022. Vide Brasil (2007) .

²⁷ Para apresentação dessa medida, o Grupo de Controle Lince inspirou-se em pensamento da moderna gestão empresarial – o *senso de utilidade*, que confere elevada importância à percepção da sociedade em relação aos produtos oferecidos por determinada organização.

²⁸ A expressão *equalizador de poder* nos remete a armamentos capazes de impor reais constrangimentos a oponente dotado de tecnologia militar notadamente superior, particularmente num ambiente de *Guerra Assimétrica*. Tal expressão me foi aqui inspirada por palestra realizada pelo Professor Francisco Carlos dos Santos (UFRJ) para o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2006).

²⁹ Layne, Christopher. The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. *International Security*, v.17, n.4, 1993.

³⁰ Num sistema unipolar, as pressões estruturais sobre Estados elegíveis à condição de potência tendem a ser fortes. Caso esses Estados não adquiram capacidades inerentes a potências, poderão ser *explorados* pela potência hegemônica. (tradução realizada pelo autor).

implementação de projetos nacionais surgem diante da ausência de cooperação. Até o presente momento, avalia-se que a contraposição a essas reações não exigirá o emprego de força militar.

No entanto, a metodologia de construção de cenários não trabalha com eventos isolados. Os cenários são construídos a partir de uma conjugação de distintos eventos e atores. O monitoramento de cenários exige a utilização de visão holística, para que se tenha uma visão abrangente de determinada conjuntura. É nesse quadro que surge a possibilidade da ocorrência de crises, cujos desdobramentos podem vir a exigir o emprego de força militar – situação que depende da disponibilidade de recursos de poder e do valor atribuído pelos Estados ao objetivo que estiver em jogo. Afinal de contas, o sucesso das estratégias para a consecução dos objetivos nacionais está sujeito à *política de poder*, que inclui a expressão militar como uma de suas componentes. Constatação que destaca a importância da existência de efetiva capacidade de dissuasão nas HE consideradas pelo planejamento estratégico militar.

Até o momento, as HE se ajustam às possibilidades de surgimento de crises visualizadas pelos cenários trabalhados, pois ainda não surgiu fato portador de futuro capaz de desestabilizar as hipóteses levantadas. Entretanto, o poder de combate disponibilizado para atendê-las necessita ser potencializado. A necessidade esbarra diante das dificuldades orçamentárias. A superação do obstáculo exige ação política continuada. O momento requer a construção de uma estratégia de influência capaz de sensibilizar os principais atores do processo orçamentário nacional. A inserção de demandas constitucionais do Exército em discursos já construídos por influentes setores da vida nacional, “*Brasil, Potência da Paz*” e “*Brasil, Potência Energética do Século XXI*”, apresenta-se como uma idéia para facilitar a percepção da finalidade das Forças Armadas – senão pela sociedade em geral, o que sem dúvida é bem mais difícil, ao menos pelos grupos influentes que atuam nos níveis decisórios do processo orçamentário.

Com toda a certeza, *os Cenários EB 2022* se apresentam como importante ferramenta de planejamento estratégico, pois, ao trazerem para o presente acontecimentos visualizados no futuro, fornecem sinalizações à ação da alta administração da Instituição quanto à implementação de medidas oportunas para fazer face aos desafios do amanhã.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001. 432 p.

BRASIL. Exército. Estado-Maior do Exército. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. *Cenários Prospectivos Exército Brasileiro de 2022: relatório resumido*. Brasília: 2006. Disponível em: <<http://lomas/ceeex/cenarios/relatorios.htm>>. Acesso em: 30 nov. 2006. Material elaborado para a 243ª Reunião do Alto Comando do Exército, em 15 fev. 2006.

_____. Exército. *PPB/1 – Planejamento Execução e Controle da Instrução Militar*. Comando de Operações Terrestres. Ed Nr 02. 1999. 75 Fl.

_____. *Portaria Nr 033 – EME, de 09 de abril de 2007: designação de militares para o Grupo de Controle de Monitoramento dos Cenários EB 2022*. Boletim do Exército Nr 15, 09 abr. 07. p.79.

CERVO, Amado. BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 2ª ed. Brasília: Editora da UNB, 2002. p 469. apud SOUTO (2005).

- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. *Planejamento Estratégico. Fundamentos e Aplicações*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. 415 p.
- COSTA, Francisco Seixas da. Portugal promove cúpula entre Brasil e a EU em julho. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16 mai. 2007, p. A12.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Manual Básico da ESG*. Rio de Janeiro, RJ, 2006.
- EVANS, Graham; NEWNHAM, Jeffrey. *Dictionary of Internacional Relations*. Penguin Books, 1998. p. 623.
- FONSECA JÚNIOR, Gelson. *Anotações sobre as condições do sistema internacional no limiar do século XXI: a distribuição dos pólos de poder e a inserção internacional do Brasil*. *Política Externa*, São Paulo, vol.7, n. 4, p. 36 – 57, Mar/Abr/Mai 1999.
- FRANÇA, Ronaldo. *O Brasil está no jogo: entrevista com Jim O' Neill*. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=360413>. Acesso em 05 jun. 2007.
- GAMA, Carlos Frederico. *A Guerra Fria e a cooperação fundada em instituições*. *O Debatedouro*, Rio de Janeiro, 46ª ed., p. 8-11, 02 mai. 2004.
- GRIFFITHS, Martin. *50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais*. Tradução de Vânia de Castro. São Paulo, Ed. Contexto, 2004. 396 p.
- IGNATIUS, David. *New World Disorder*. *Washington Post*. p. A 23. Ed. de 04 mai. 2007. Disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/05/03/AR2007050301550.html>. Acesso em: 07 mai. 2007.
- JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Tradução de Bárbara Duarte. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2007. 445 p.
- KEMPF, Hervé. Mudanças Climáticas entram na estratégia de militares dos EUA. *Folha de São Paulo*, 04 abr. 2007. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe.asp?ID_RESENHA=326358. Acesso em: 04 jun.2007.

DADOS PARA FICHA CATALOGRÁFICA

NASCIMENTO, Paulo Roberto Laraburu. *Os Cenários Prospectivos do Exército Brasileiro de 2022 e as reações internacionais ao protagonismo brasileiro*. Brasília, 2007. CD Rom, 88 KB. Última modificação em 13 jun. 2007.

© Copyright 2007. Todos os direitos reservados ao autor.